SISTEMA DAS NULIDADES PROCESSUAIS E INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO

Ricardo de Barros Leonel¹

Sumário: 1 Introdução. 2 Forma e formalismo no processo civil. 3 Tipicidade e planos dos atos jurídicos. 4 O dimensionamento das nulidades no processo. 5 O estatuto das nulidades no Código de Processo Civil. 6 Confinamento, suprimento, convalidação e aproveitamento. 7 Ineficácia dos atos das partes. 8 Conclusão. 9 Referências.

1 Introdução

O estudo do tema das nulidades processuais não se exaure, como poderia parecer ao leitor menos atento, à simples análise dogmática de dispositivos legais atinentes ao ponto.

A matéria não se confina, assim, à exegese dos artigos 243 a 250 do Código de Processo Civil (Capítulo V, sob a rubrica “Das nulidades”, inserido no Título V do Livro I, que trata do processo de conhecimento).

De outro lado, em adequada perspectiva metodológica, é possível extrair de tais dispositivos legais relevância prática que vai muito além do escopo de simples controle da regularidade do procedimento e dos atos processuais.

Como será possível observar, a correta visão das regras atinentes às nulidades no Código de Processo Civil revela, em projeção teleológica, verdadeiro estatuto da instrumentalidade no processo civil.

Mas para construir-se e pavimentar-se o caminho para tal raciocínio, é imprescindível a realização de digressão, ainda que breve, sobre a evolução recente (ou já nem tão recente) da ciência processual.

¹ Promotor de Justiça em São Paulo. Mestre e Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Até meados do século XIX o processo era visto como simples apêndice do direito material. No resquício das concepções históricas então vigentes, propor uma ação era nada mais que exercer uma das faculdades atinentes à titularidade de um direito, como seu gozo e fruição. Vivia-se, por assim dizer, a concepção *immanentista* ou *sincrética*, de absoluta vinculação (e dependência) do processo em relação ao direito material.

Questionamentos passaram a surgir, entretanto. Notória tornou-se a célebre polêmica a respeito da noção romana sobre o direito de ação, travada pelos romanistas alemães Bernhard Windscheid e Theodor Muther. Na *polemica intorno all'actio*, parece terem os juristas de então dado início ao desenvolvimento das dúvidas que conduziram, a seguir, à imprescindível evolução.

A “centelha” acabou sendo ulteriormente captada e desenvolvida. Oskar von Büllow publicou, em 1868, sua obra sobre os pressupostos processuais e as exceções dilatórias. Seu grande mérito foi identificar a existência da relação processual e sua autonomia quanto à relação de direito material. Daí ser considerada, tal obra, a “certidão de nascimento” da ciência processual.²

Estava, pois, iniciada a fase *autonomista* dos estudos do processo, na qual foi possível alcançar grande evolução doutrinária e metodológica, em especial através das pesquisas tendo como enfoque os institutos fundamentais do direito processual, ou seja, a jurisdição, o processo, a ação e a defesa.

Entretanto, em meados do século XX, foi possível, para os estudiosos do processo, perceber a insuficiência do exame de seus institutos como um fim em si mesmo.

A inegável evolução científica não foi acompanhada pelas preocupações éticas voltadas aos resultados práticos do processo.

Com a subsequente mudança de mentalidade, teve início a fase *instrumentalista* do direito processual, pela qual tão ou mais importante que a técnica é o alcance de resultados úteis através do processo.

Nessa fase, que ainda não se esgotou, a postura metodológica do estudioso deve ser de respeito à importância de sua ciência, sem olvidar da

² DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. v. 1, p. 258.

indispensabilidade do alcance dos escopos jurídico (aplicação do direito), político (manutenção do Estado Democrático de Direito) e social (pacificação de conflitos com justiça) do processo.³

Diante dessa perspectiva, deve ser invocada a máxima chiovendiana, pela qual, dentro do possível, o processo deve dar a quem tem um direito tudo aquilo, e precisamente aquilo, que deveria ter obtido naturalmente. Afinal, como anota José Roberto dos Santos Bedaque, o processo é “método de solução de conflitos pelo Estado-juiz”⁴. Deve ser posto, sempre, a serviço do direito material.⁵

Tal perspectiva metodológica deve ser trazida ao estudo das nulidades. As regras sobre elas não são um fim em si mesmas, mas parâmetros do direito positivo, postos a serviço da finalidade de pacificar conflitos com justiça.

Extraír do processo seu melhor resultado útil é imperativo incontornável para a sociedade do terceiro milênio.

2 Forma e formalismo no processo civil

Assentada, pois, a correta perspectiva do processualista, que invoca fatores sociais e políticos que contribuíram para a concretização de sua ciência, cumpre descer das idéias gerais ao exame da técnica processual.

Isso torna indispensável a revisão de alguns conceitos.

Nesse passo, vem a pelo o exame dos conceitos de forma e formalismo no direito processual.

Bem tocou o ponto, com precisão, Carlos Alberto Alvaro de Oliveira, ao anotar que a “forma em sentido estrito” é o “invólucro do ato processual”, ou seja, o “conjunto de signos pelos quais a vontade se manifesta, e os requisitos a serem observados em sua celebração”.⁶

³ DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 1994, *passim*.

⁴ BEDAQUE José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo: Malheiros, 2006, *passim*.

⁵ BEDAQUE José Roberto dos Santos. *Direito e processo*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1997, *passim*.

⁶ OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. *Do formalismo no processo civil*. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 5.

De outro lado, o “formalismo” ou “forma em sentido amplo” é, conforme esse doutrinador, “a totalidade formal do processo”, ou seja, limitações aos poderes, faculdades e deveres dos participantes do processo. A finalidade do formalismo é o estabelecimento de ordem no processo, a disciplina da atividade dos órgãos judiciais, e assegurar a *par conditio* aos litigantes.

Tenha-se presente, pois, que o formalismo processual é verdadeiro “pe-nhor” de respeito ao devido processo legal.⁷

Nesse contexto, funcionando o “formalismo” como garantia para as partes e organização do método de solução de controvérsias, é oportuno analisar as regras procedimentais na perspectiva do alcance dos escopos do processo.

Recordemos que nosso modelo processual é delineado a partir do denominado *direito processual constitucional*, ou seja, da “tutela constitucional do processo”, que envolve o conjunto de normas constitucionais que estabelecem os parâmetros a serem observados pelo legislador infraconstitucional na conformação do sistema processual.

A propósito, embora o constituinte tenha sido extremamente pródigo na previsão de garantias constitucionais do processo, basta que invoquemos, como garantias-síntese, o devido processo legal e o contraditório com a ampla defesa e recursos que lhe são inerentes (art. 5º, LIV e LV, da CF), para, a partir delas, dimensionar adequadamente o sistema de nulidades no direito processual civil.

Em outras palavras, embora possa parecer simples, o emprego prático do raciocínio gera controvérsias, mas ele deve ser destacado: no exame das nulidades em concreto, avalia-se não só o respeito ao formalismo no processo, mas se o escopo das regras procedimentais, ou seja, a garantia do devido processo legal, e o contraditório, foram preservados.

Isso nada mais é que exame do processo, como método de solução de conflitos, e de suas formas como garantias aos litigantes, a partir de suas premissas constitucionais.

⁷ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. v. 2, p. 533.

3 Tipicidade e planos dos atos jurídicos

O problema da tipicidade dos atos jurídicos tem relação direta com o alcance dos seus efeitos.⁸

O cumprimento integral da forma permite que o ato atinja, na dicção de Cândido Rangel Dinamarco, seus “efeitos programados”.⁹

Em sede de direito privado, é importante o estudo dos vícios dos atos jurídicos. Embora não seja possível fazer simples transposição dos conceitos ali obtidos para o âmbito do processo, tendo em vista que este se subsume ao regime de direito público, muito do que ali se produziu tem proveito na nossa ciência.

Exemplo disso é a teoria dos planos do ordenamento e dos atos jurídicos.

Pode-se formular raciocínio analítico pelo qual se realiza segmentação do ordenamento jurídico em três planos: da existência, da validade e da eficácia.

Para cada um desses planos, há dados próprios a preencher, quanto a cada ato jurídico. E a deficiência de qualquer deles impede que o ato atinja seus efeitos programados, ou então torna viável a cessação desses efeitos.

De modo mais singelo, pode-se afirmar que: (a) no plano da existência, devem estar presentes os elementos essenciais do ato (*essentialia negotii*); (b) no plano da validade, devem ser preenchidos os requisitos formais estabelecidos em lei; (c) no plano da eficácia se encontram os “fatores” indispensáveis à concretização dos efeitos do ato jurídico.

Exemplificando: sem o agente (elemento essencial) não é possível pensar em negócio jurídico translativo de propriedade; se o agente não é capaz (requisito de validade), poderão não se produzir ou cessar os efeitos programados do ato de disposição; e sem o registro imobiliário do ato de cessão do domínio imóvel, ele não produzirá sua eficácia.

Tal raciocínio pode, como anota Roque Komatsu, com as devidas cautelas e adaptações, ser aproveitado no estudo das nulidades processuais.¹⁰

⁸ CATAUDELLA, Antonino. *Verbete Fattispecie*. In: ENCICLOPEDIA del diritto. Milano: Giuffrè, 1967. v. 16, p. 926-927.

⁹ DINAMARCO, Cândido Rangel, *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 2, p. 580 e ss.

¹⁰ KOMATSU, Roque. *Da invalidade no processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991. p. 29-42.

A ressalva quanto às cautelas a adotar decorre da diversidade de regimes que imperam, como visto, no direito privado e no processo, este último um dos ramos do direito público.

4 O dimensionamento das nulidades no processo

A doutrina estuda as nulidades, no direito processual, sob diferentes perspectivas, conferindo a elas, com peculiaridades próprias às concepções de cada autor, diferentes classificações.¹¹

Todavia, a classificação que nos parece mais apropriada é a adotada, em linhas gerais, por Cândido Rangel Dinamarco¹² e José Roberto dos Santos Bedaque.¹³

Esses dois autores conseguem sintetizar e sistematizar de forma clara o problema das nulidades no processo, evidenciando que: (a) os defeitos podem ser formais (lugar, tempo, modo e forma dos atos) e não formais (capacidade do autor, possibilidade jurídica do objeto do ato); (b) a consequência dos defeitos varia em conformidade com a gravidade e intensidade dos vícios; (c) a regra da instrumentalidade das formas permite reduzir as consequências decorrentes dos vícios do ato jurídico processual.

Dessas premissas extrai-se, no raciocínio dos renomados professores, a existência da seguinte classificação: (a) a situação extrema, da *inexistência* do ato processual, por falta de elemento essencial (v.g. sentença não assinada, ou elaborada e assinada por pessoa não investida da função jurisdicional); (b) nulidades *absolutas, relativas e anulabilidades*; (c) simples *irregularidades* (v.g. ausência de numeração e rubrica das folhas dos autos pelo serventuário da Justiça).

¹¹ Confira-se, v.g.: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Nulidades do processo e da sentença*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004; GONÇALVES, Aroldo Plínio. *Nulidades do processo*. Rio de Janeiro: Aide, 2000; PASSOS, J. J. Calmon de. *Esboço de uma teoria das nulidades aplicada às nulidades processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 2000; MARELLI, Fabio. *La conservaziione degli atti invalidi nel processo civile*. Padova: CEDAM, 2000; LACERDA, Galeno. *Despacho saneador*. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1985; KOMATSU, Roque, *Da invalidade no processo civil*, cit.

¹² DINAMARCO, Cândido Rangel, *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 2, p. 580 e ss.

¹³ BEDAQUE José Roberto dos Santos. Nulidade processual e instrumentalidade do processo: a não intervenção do Ministério Público e a nulidade do processo. *Revista de Processo*, São Paulo, Revista dos Tribunais, v. 15, n. 60, p. 31-43, out./dez. 1990.

O estudo das meras irregularidades, embora conexo ao tema, extravasa os limites deste singelo texto.

Os demais aspectos – inexistência e nulidades – devem ser objeto de nossas preocupações.

No âmbito das nulidades, Bedaque e Dinamarco assim definem seus contornos: (a) nas absolutas, há violação de regras de ordem pública, e por isso mesmo cogentes; (b) nas relativas, há violação de regras voltadas à tutela do interesse privado, embora cogentes; (c) já as anulabilidades dizem respeito à não-observância de regras dispositivas, voltadas à proteção do interesse da parte.

O ponto em que os autores se distanciam é o destaque conferido por Dinamarco ao fato de entender incorrentes as anulabilidades em direito processual, embora teoricamente possível imaginar sua concepção doutrinária.

Ademais, convergem ambos para uma afirmação importantíssima: embora a classificação e a gradação dos vícios dos atos processuais seja relevante, doutrinariamente, para a compreensão do tema, na prática minimiza-se o relevo da classificação. Isso, na medida que “não há relação constante entre sanabilidade do procedimento e o caráter absoluto ou relativo das nulidades (...) pois há nulidades absolutas sanáveis e insanáveis”.¹⁴

Quanto à inexistência, embora haja certo dissenso a respeito da possibilidade de seu reconhecimento (afinal, deve sempre, tal como ocorre com as nulidades, ser declarada, e não se fala, no processo, em nulidades de *pleno iure*, como no direito privado), o próprio Código de Processo Civil faz menção a ela no artigo 37 parágrafo único, ao reconhecer como “inexistentes” os atos praticados pelo advogado sem procuração, quando não houver posterior regularização.

Vai a doutrina também evoluindo, na seara da inexistência no direito processual, a fim de associar o tema ao problema das impossibilidades, materiais ou jurídicas (v.g. condenação de alguém a préstimos corporais a terceiros; declaração de recesso de Estado da Federação)¹⁵. Mas a ampliação da dimensão

¹⁴ DINAMARCO, Cândido Rangel, *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 2, p. 605.

¹⁵ DINAMARCO, Cândido Rangel. Relativizar a coisa julgada material. In: _____. *Nova era do processo civil*. São Paulo: Malheiros, 2003.

da inexistência, no processo, também acaba por extravasar os limites possíveis para o presente estudo.

Passemos, então, mais diretamente, ao exame do sistema de nulidades tipificado no Código de Processo Civil.

5 O estatuto das nulidades no Código de Processo Civil

Como já salientamos anteriormente, as regras processuais relacionadas ao sistema de nulidades estão, em linhas gerais, contidas nos artigos 243 a 250 do Código de Processo Civil. Embora topologicamente deslocado desse contexto, não se pode esquecer, ademais, do artigo 214 do Código de Processo Civil, que trata da possibilidade de convalidação do vício relacionado à falta de citação, através do comparecimento espontâneo do réu (§ 1º do art. 214) ou reconhecimento da eiva, com devolução do prazo para a defesa (§ 2º do art. 214).

Sem preocupação com a análise segmentada de cada um dos dispositivos mencionados, é viável, de forma sintética e sistemática, afirmar que são inspirados nas seguintes idéias: (a) a instrumentalidade das formas no processo; (b) a desnecessidade de reconhecimento do vício quando não houver prejuízo (*o pas de nullité sans grief*); (c) a causalidade ou contaminação, de forma que atos dependentes do viciado também são alcançados pela mácula; (d) a possibilidade de confinamento da nulidade, preservando atos não afetados pelo vício; (e) o destaque para a economia processual, recomendando a superação do vício, sempre que isso for viável.

Vê-se, pois, que o legislador infraconstitucional, certamente, ao tratar do tema, encontrou inspiração nas garantias constitucionais já referidas (devido processo legal e contraditório), prestigiando o aproveitamento máximo do processo. Esse também é o espírito que deve nortear os operadores do direito.

Ademais, a regra de ouro no sistema das nulidades talvez esteja mesmo situada nos parágrafos 1º e 2º do artigo 249 do Código de Processo Civil, que incorporam, a um só tempo, a idéia de que não há nulidade sem prejuízo.

Conforme o parágrafo 1º do artigo 249, “o ato não se repetirá nem se lhe suprirá a falta quando não prejudicar a parte”.

Sobre a aplicação dessa idéia (ausência de nulidade sem prejuízo), vem o exemplo, já referido, consistente na superação do vício de falta de citação, em decorrência do comparecimento espontâneo do réu (art. 214, § 1º, do CPC). Trata-se de evidente caso de nulidade absoluta que, pelo próprio sistema, encontra o caminho para a sua superação.

Poderíamos também recordar a hipótese de nulidade cominada de forma absoluta no parágrafo 1º do artigo 236 do Código de Processo Civil, que prevê a invalidade da publicação, para intimação, quando faltantes dados de identificação das partes e de seus advogados. Ninguém duvidará da possibilidade de superação do vício, se mesmo assim as partes tomam ciência da intimação e praticam os atos ou providência para as quais foram intimadas.

Por outro lado, o parágrafo 2º do artigo 249 do Código de Processo Civil diz claramente que “quando puder decidir do mérito a favor da parte a quem aproveita a declaração da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta”.

Esse dispositivo vai além do estrito problema das invalidades no processo, permitindo até mesmo o julgamento de mérito, quando ausentes pressupostos processuais.

A questão foi analisada, com conclusão análoga à acima formulada, por exemplo, por Miguel Teixeira de Sousa.¹⁶

Esse posicionamento também foi assentado, de forma magistral, por José Roberto dos Santos Bedaque, quando da elaboração da tese de titularidade da cátedra de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.¹⁷

Como pontificou na sua obra o professor Bedaque, o raciocínio (que tem como pano de fundo a compreensão do processo como método à disposição da realização do direito material e o respeito às garantias constitucionais do processo) deve ser o seguinte: (a) se há vício relacionado à falta de algum

¹⁶ SOUSA, Miguel Teixeira de. Sobre o sentido e a função dos pressupostos processuais: algumas reflexões sobre o dogma da apreciação prévia dos pressupostos processuais na ação declarativa. *Revista de Processo*, São Paulo, Revista dos Tribunais, v. 16, n. 63, p. 64-87, jul./set. 1991.

¹⁷ Publicada posteriormente: BEDAQUE José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo: Malheiros, 2006.

pressuposto processual, é necessário avaliar, na hipótese concreta, qual das partes seria em tese “protegida” pela exigência formal; (b) verificando que poderá decidir o mérito em favor daquela parte, deverá o magistrado fazê-lo de forma definitiva, sendo mais conveniente a decisão de mérito, apta à formação de coisa julgada material, que a simples extinção do processo sem exame do mérito, permitindo ulterior investida em juízo.

Encontramos exemplo clássico na aplicação do parágrafo 2º do artigo 249 do Código de Processo Civil, ademais, em matéria de nulidades propriamente ditas.

Basta recordar que a falta de intervenção do Ministério Público, quando presentes os motivos para sua atuação como *custos legis*, é nulidade cominada e, por isso, absoluta (cf. arts. 84 e 246 do CPC).

É pacífico o entendimento, entretanto, que nem sempre esse vício (ausência da intervenção do Ministério Público) provocará a nulidade do processo.

Eis o exemplo doutrinário¹⁸ e jurisprudencial: o *parquet* não foi intimado e não participou de feito em que havia interesse de incapaz. Contudo, a sentença de mérito dá solução favorável a ele. O vício deve ser superado: seria um contra-senso anular-se o processo a partir do momento em que deveria ter ocorrido a intervenção, quando a parte beneficiária da atuação protetiva do Ministério Público obteve no processo a *melhor solução possível* (sentença de mérito favorável).

Tratamos aqui, até então, de pontos e exemplos que têm foco centrado em aproveitamento integral do ato e do processo, sempre com fundamento na instrumentalidade das formas, na ausência de prejuízo e na economia processual.

Mas, em outras situações, tais idéias também se aplicam, ainda que de modo um pouco diverso, ou sem a possibilidade de superação integral do vício processual.

¹⁸ BEDAQUE José Roberto dos Santos, Nulidade processual e instrumentalidade do processo, cit.

6 Confinamento, suprimento, convalidação e aproveitamento

Sempre dentro da idéia de que não deve ser reconhecida nulidade se não houver prejuízo, e que as formas têm escopo instrumental quanto à tutela do direito material, é que o Código de Processo Civil sinaliza, mais de uma vez, no sentido de se extrair do processo seu resultado mais útil.

Vale aqui trazer à colação o pensamento de Eduardo J. Couture, para quem o processo, em que pese seu rigor formal, não deve ser visto como uma “missa jurídica”¹⁹. Ou então as precisas palavras de Andrea Proto Pisani, para quem o alcance do “escopo” do ato processual é o “metro” da sua validade.²⁰

Tais idéias estão em plena conformidade com a leitura das regras do direito processual, tendo como pano de fundo e premissa o respeito às garantias constitucionais antes apontadas, ou seja, o devido processo legal e o contraditório (art. 5º, LIV e LV, da CF).

Assim, pensando na hipótese do aproveitamento do processo viciado, a jurisprudência tem aceitado de forma praticamente pacífica a superação do vício, até mesmo em grau de recurso.

Imaginemos a situação gravíssima apontada pelo legislador como hipótese de inexistência, no artigo 37, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Suponhamos então que o processo tenha percorrido todo o seu *iter* em primeiro grau de jurisdição, sendo proferida sentença de mérito. Ora, a falta do instrumento do mandato (procuração) relaciona-se com pressuposto processual atinente à parte (regularidade de representação).

Ela se trata, nos termos do artigo 267, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, de matéria de ordem pública, e assim pode ser conhecida de ofício em qualquer grau de jurisdição ordinária. Nessa hipótese, a juntada da procuração, ainda que em sede recursal, permitirá a regularização da falha, evitando-se a anulação do processo (*rectius* = reconhecimento da inexistência, cf. o art. 37, parágrafo único do CPC).

¹⁹ COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos del derecho procesal civil*. 4. ed. Montevideo; Buenos Aires: Julio César Faira, 2002. p. 318.

²⁰ PISANI, Andrea Proto. *Lezioni di diritto processuale civile*. 3. ed. Napoli: Jovene, 1999. p. 232-234.

A juntada do instrumento de mandato permite a convalidação de todos os atos do processo e seu aproveitamento.

Outra hipótese: o processo que tenha tramitado perante juízo absolutamente incompetente. Trata-se também de matéria de ordem pública, pressuposto processual subjetivo relativo ao juiz, conhecível de ofício (cf. art. 301, II, § 4º, do CPC), que pode render ensejo, inclusive, a ação rescisória (art. 485, II, do CPC).

Nesse passo, o próprio Código racionalizou, ao determinar que apenas os atos decisórios devem ser anulados, remetendo-se os autos ao juízo competente, com aproveitamento do trabalho já produzido (art. 113, § 2º, do CPC). A própria lei, no caso, confina a nulidade ao indispensável.

Em outra situação, possível imaginar nulidade por cerceamento do direito à prova (que tem inclusive sede constitucional: confira-se o art. 5º, LV, da CF). Suponha-se indeferimento de prova pericial e realização de prova oral. Caso provida a apelação, com o reconhecimento da nulidade, e desde que viável a “separação” dos meios de prova (oral e pericial) sem prejuízo, a instrução deverá ser retomada, apenas para permitir a prova pericial indevidamente indeferida, sem necessidade de reprodução da oral, validamente formada. Eis então caso em que a nulidade ficou confinada ao absolutamente indispensável, a teor do artigo 248, *in fine*, do Código de Processo Civil.

Os exemplos poderiam se estender à exaustão, pois a prática processual é rica em oferecê-los, pondo à prova as premissas estabelecidas pela moderna ciência processual.

Ainda um exemplo que, de tão comum, já não nos causa perplexidade: a sentença que julgou *ultra petita*, concedendo valor maior que o pedido a título de indenização ou alimentos, violando, destarte, as regras da demanda, da inércia da jurisdição e da correlação ou adstrição entre a sentença e o libelo (arts. 2º, 128 e 460 do CPC).

É caso claro de nulidade da sentença, que pode ser equacionada, em sede recursal, com a reforma da decisão, reduzindo a condenação aos limites do pedido.

Absolutamente equivocada seria, na hipótese, a anulação da sentença, quando, excluído o excesso, mostra-se ela perfeita.

Presentes aqui as idéias que apontam para a instrumentalidade, o não-reconhecimento de nulidade sem prejuízo, o aproveitamento máximo do processo e a economia processual.

7 Ineficácia dos atos das partes

Apenas a título de ponderação, parece-nos oportuna, ainda uma vez, a utilização da idéia dos planos dos atos jurídicos, ou seja, existência, validade e eficácia.

Como acentua Cândido Rangel Dinamarco²¹, os atos das partes não estão sujeitos a invalidades, nem são declarados nulos. Simplesmente existem, podendo ser eficazes ou não.

Pensemos em exemplos comuns: contestação intempestiva, recurso interposto fora do prazo ou sem o respectivo preparo, etc. Tais atos existem, Mas, nos exemplos imaginados, foram praticados sem observância da tipicidade legal, o que os torna ineficazes, por não darem ensejo aos efeitos que lhes são conferidos, a princípio, pelo ordenamento.

8 Conclusão

Cumpre-nos aplicar as regras processuais, sempre tendo como pano de fundo os valores que pretendem elas preservar, à luz dos princípios constitucionais do processo.

Essa é a correta postura metodológica do processualista de nossa era, com vista sempre aos melhores resultados a alcançar, concretizando-se, assim, a promessa constitucional de tutela jurisdicional (art. 5º, XXXV, da CF) e, em última análise, o acesso à ordem jurídica justa.

9 Referências

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. *Direito e processo*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

²¹ DINAMARCO, Cândido Rangel, *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 2, p. 609.

_____. BEDAQUE José Roberto dos Santos. Nulidade processual e instrumentalidade do processo: a não intervenção do Ministério Público e a nulidade do processo. *Revista de Processo*, São Paulo, Revista dos Tribunais, v. 15, n. 60, p. 31-43, out./dez. 1990.

_____. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo: Malheiros, 2006.

CATAUDELLA, Antonino. Verbete Fattispecie. In: ENCICLOPEDIA del diritto. Milano: Giuffrè, 1967. v. 16, p. 926-927.

COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos del derecho procesal civil*. 4. ed. Montevideo; Buenos Aires: Julio César Faira, 2002.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. v. 1-2.

_____. *A instrumentalidade do processo*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 1994.

_____. Relativizar a coisa julgada material. In: _____. *Nova era do processo civil*. São Paulo, Malheiros, 2003.

GONÇALVES, Aroldo Plínio. *Nulidades do processo*. Rio de Janeiro: Aide, 2000.

KOMATSU, Roque. *Da invalidade no processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

LACERDA, Galeno. *Despacho saneador*. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1985.

MARELLI, Fabio. *La conservaziione degli atti invalidi nel processo civile*. Padova: CEDAM, 2000.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro. *Do formalismo no processo civil*. São Paulo: Saraiva, 1997.

PASSOS, J. J. Calmon de. *Esboço de uma teoria das nulidades aplicada às nulidades processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

PISANI, Andrea Proto. *Lezioni di diritto processuale civile*. 3. ed. Napoli: Jovene, 1999.

SOUSA, Miguel Teixeira de. Sobre o sentido e a função dos pressupostos processuais: algumas reflexões sobre o dogma da apreciação prévia dos pressupostos processuais na ação declarativa. *Revista de Processo*, São Paulo, Revista dos Tribunais, v. 16, n. 63, p. 64-87, jul./set. 1991.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Nulidades do processo e da sentença*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.